



SINTTEL convoca assembleia para aprovação de pauta

Chegou a hora de discutir os reajustes das Cláusulas Econômicas (salários, tíquetes e benefícios) do Acordo Coletivo de Trabalho que foi negociado em 2014 e estará valendo até 2016

O SINTTEL-ES convoca todos os empregados nas **EMPRESAS DO GRUPO Oi** no Espírito Santo, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 05 de outubro de 2015, às 9 horas, na Rua Cassiano Antônio de Moraes, 60 – Enseada do Suá, em Vitória.

O Objetivo da assembleia é discutir as reivindicações que serão apresentadas na negociação coletiva das Cláusulas Econômicas do Acordo Coletivo que está em vigor. Vamos aprovar, com modificação ou não, a Pauta de Reivindicação previamente elaborada pela Diretoria do Sinttel-ES. Participe!

A sua condição salarial e de trabalho merece sua atenção!

05/OUT
9 horas
Enseada do Suá

Jornada de 40 semanais

Trabalhadores da Planta Interna passam a ter jornada de 40 horas semanais

Atenção os trabalhadores da Oi que atuam na Planta Interna. Conforme ficou definido no Acordo Coletivo 2014-2016, a partir de 1º de setembro deste ano todos os trabalhadores que atuam na Planta Interna, tiveram a suas jornadas de trabalho reduzidas para 40 horas semanais. De acordo com a empresa esta orientação já foi passada para todas as regionais e não há motivos para isto não ser aplicado.

Então, você que atua nas atividades da PI, independente da data da admissão, tem direito a mais esta conquista.

Para quem não se lembra, quando a Oi primarizou as atividades da Planta Interna, que era feita



pela empresa Nokia, os trabalhadores — ao serem admitidos pela Oi — tiveram a jornada mantida em 44 horas semanais, diferentemente dos demais empregados da Operadora. Apesar da nossa posição contrária à medida, a Oi alegou que, naquele momento, isto era necessário para que a prima-

rização fosse possível. No ano passado, quando da renovação do ACT, fizemos muita pressão e conseguimos que a empresa fizesse a alteração, mas que só seria implementada a partir de setembro de 2015.

Portanto, você que atua na PI da Oi, verifique se a sua jornada de 40 horas está sendo respeitada e, caso não esteja, informe ao Sindicato.

Guinada regulatória contra o Brasil

set 8, 2015 by iTelecom

A primeira semana de Setembro/2015 ficará marcada como o grande momento de avanço contra o regime público no setor de telecomunicação.

O primeiro ataque veio do 59º Painel Telebrasil, evento anual organizado pelas concessionárias e operadoras. E todo ano, ao final de cada encontro, é aprovada uma carta cujas medidas sugeridas ao governo são, segundo os organizadores, "para o crescimento do país na área de telecomunicações". Será?

A carta, entregue ao ministro Ricardo Berzoini, tem como principal foco a não intervenção do Estado. O velho discurso carcomido do Estado mínimo como a solução dos problemas, no qual as operadoras ditam as regras, mais do que já fazem hoje.

Sob o título, "*Planejamento, Simplificação e Estabilidade Regulatória*", o documento mostra sua real intenção no item 3 ao propor o "estabelecimento de uma agenda regulatória para o biênio 2015/2016, a partir da ênfase na simplificação e na desregulamentação, aplicando o princípio '*a liberdade é a regra*' fixado pela Lei Geral de Telecomunicações, visando à redução dos custos e excessos de obrigações que oneram a prestação dos serviços – especialmente aqueles associados ao regime de concessão, à reversibilidade de bens..." Ou seja, o mundo perfeito para que não alcancemos a universalização das telecomunicações no Brasil, em particular a banda larga. Ou alguém acredita que as operadoras estão realmente interessadas em outra coisa que não seja maximizar seus lucros?

No mesmo evento, o representante do Ministério do Planejamento afirmou que estão em estudo alternativas regulatórias para antecipar o fim das concessões de telecomunicações. O objetivo seria destruir investimentos

do setor. É bom lembrar que se não fosse o advento das concessões, boa parcela, ou sua maior parte, nunca teria sido realizada. Ou alguma operadora levaria telecomunicações às áreas mais carentes do país se não fosse por obrigação regulatória?

O presidente da Claro, Carlos Zenteno, ainda ressaltou: "E a estatal Telebras teria um papel muito importante, de construir as redes nos lugares isolados do Brasil. Não tem muito sentido fazer leilões para serviços universais em cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba, em fazer investimentos onde já existem operadoras e uma demanda natural". Ou seja, a carne de peçoço fica com a estatal e a picanha com as operadoras.

Mas a pérola mesmo veio depois, do gerente de Monitoramento das Relações entre Prestadoras da Superintendência da Anatel. Segundo Abraão Balbino e Silva, a agência prepara uma guinada regulatória. Guinada que vai ao encontro da Carta da Telebrasil, a favor da regulação mínima. Chegou a afirmar que a Anatel não está preparada para a evolução tecnológica que vem ocorrendo. Se a Anatel não está preparada, quem estará preparado para a regulação se é esse o papel da agência?

As perguntas que ficam são: se a banda larga é um serviço essencial, como pode ser prestada apenas em regime privado? Como acabar com a concessão da telefonia fixa e o Estado não colocar em seu lugar o que realmente hoje é essencial? A guinada regulatória que querem dar é deixar o serviço de banda larga como uma mera autorização (ato discricionário e precário em que a Administração concede ao administrado a faculdade de exercer uma atividade), regime privado em que não cabem as cobranças de reversibilidade de bens, continuidade do serviço ou sua universalização. É uma guinada claramente contra o Brasil.

Leia e participe do iTelecom

CANAL DE VOZ

Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.

Tel.: (27) 3223.4844

Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390

Centro, Vitória – ES

www.sinttel-es.org.br

sinttel@sinttel-es.org.br

Responsabilidade Editorial

A diretoria

Produção: T&T Comunicação e

Publicidade Ltda Tel.: (27) 3084-5666

Jornalista: Tânia Trento (MTE-ES 341/86)

Instituto Telecom foi criado após a privatização do setor de telecomunicações e edita semanalmente um artigo "Nossa Opinião", no site <http://www.institutotelecom.com.br>.

Criado há seis anos, o *Nossa Opinião* publica uma análise semanal sobre as políticas para o setor e, ao mesmo tempo, cumprir um papel importante na luta pela democratização do acesso às telecomunicações.

Junto com o movimento social, o Clube de Engenharia do RJ, o FNDC, a *Campanha Banda Larga é um Direito* Seu luta pela

redução das tarifas de telecomunicações, pela banda larga prestada em regime público, por um novo marco regulatório para as (tele) comunicações.

Defende também que seja tornado público o inventário do patrimônio retornável à União em poder das concessionárias. Sobre os trabalhadores do setor, sempre esquecidos nos relatórios e pareceres, cobra que a Anatel tenha um posicionamento claro sobre a terceirização e as condições de trabalho, relacionando essa questão com a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras.